

Instituto Ética Saúde participa de reunião na Prefeitura de Mogi das Cruzes

■ O diretor Executivo do Instituto Ética Saúde (IES), Filipe Venturini Signorelli, e a secretária executiva, Marcela Marchioro, estiveram em reunião, em 21 de janeiro, na Prefeitura de Mogi das Cruzes, cidade da Região Metropolitana de São Paulo e Alto Tietê, com mais de 500 mil habitantes. Eles foram recebidos pela prefeita, Mara Bertaiolli, e pelo vice-prefeito, Téo Cusatis, além da secretária municipal de Saúde, Rebeca Barufi, do secretário municipal de Governo e Transparência, Guilherme Server, a chefe de Gabinete, Neusa Marialva, e o controlador geral do Município, Rodrigo Reys.

“No encontro foi discutido um trabalho especializado para a implantação de boas práticas de máxima transparência e governança nas ações da Secretaria de Saúde do Município, sendo pautado por regras bem definidas e claras, que serão estabelecidas por meio de um Acordo de Cooperação Técnica”, explicou Filipe Venturini Signorelli. A Prefeitura, em conjunto com o Instituto Ética Saúde, irá desenvolver estratégias para implementação de um modelo piloto que poderá ser seguido por outros municípios. Na reunião ainda foram debatidos ações e projetos a serem implantados em áreas como licitações e prestação de contas das Organizações Sociais da Saúde.

“A cidade se tornou observadora do Marco de Consenso do Brasil, desenvolvido pelo Instituto Ética Saúde. Além disso, a Prefeitura e a entidade trabalharão juntas, por meio de um acordo de cooperação técnica, em projetos inéditos em Mogi das Cruzes, como um manual de ética e boas práticas para a Secretaria Municipal de Saúde e o primeiro protocolo de prestação de contas de Organizações Sociais de Saúde”, informou o site da Prefeitura sobre o encontro.

“Vamos aprender muito com o Instituto Ética Saúde e eles com a gente também. Mogi das Cruzes vai ser modelo deste trabalho. Vamos começar desde o início, cumprir todos os passos. A Prefeitura está à disposição”, afirmou Mara Bertaiolli. “O acordo de cooperação técnica será o instrumento para o IES ser orientador da construção dos caninhos éticos e transparentes”, completou o diretor Executivo do Instituto Ética Saúde.

“O braço de governança e de conformidade está no DNA da administração, inovando nas questões de boas práticas. Vamos estruturar processos de transparência e ética e o instituto será um orientador para nós”, explicou Téo Cusatis. “Dentro do trabalho realizado pelo Instituto está verificar a regulação, a legislação e o que pode ser alterado e melhorado, inovando em boas práticas em termos de licitações, compras e procedimentos. Ele também recebe denúncias de más práticas, que são encaminhadas para os órgãos competentes”, destacou a notícia publicada no site de Mogi das Cruzes.

Pacto Brasil pela Integridade Empresarial recebe apoio oficial do IES

■ O Instituto Ética Saúde (IES) acaba de aderir ao movimento em prol da integridade empresarial. O ingresso do IES consolida ainda mais a repercussão e a influência do programa multisetorial no ambiente de negócios do país. O Pacto Brasil pela Integridade Empresarial foi lançado pela Controladoria-Geral da União (CGU), em março de 2024, e conta atualmente com mais de 290 empresas aderentes e mais de 40 apoiadores institucionais, dentre eles o Instituto Ethos, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP).

O diretor Executivo do IES, Filipe Venturini Signorelli, destaca a posição de protagonismo do Instituto Ética Saúde no programa tendo o papel de multiplicar as atuais captações de novos integrantes. “O IES, por meio das dezenas de associações que fazem parte do Conselho Consultivo do Instituto, tem o potencial de engajamento coletivo”, explica Filipe Signorelli. Ele lembra ainda que desde 2015, o IES tem se dedicado a promover e consolidar a cultura da ética e da transparência no setor da saúde. “Com mais de 150 associados, desempenhamos um papel crucial como indutores de práticas de integridade e autorregulação”, completa o diretor.

“A adesão do IES fortalece ainda mais a relevância e a influência do programa da CGU no ambiente de negócios do país”, destacou a notícia publicada no portal da Controladoria-Geral da União. O

programa tem como objetivos ampliar o fomento à integridade empresarial, disseminar o conhecimento sobre o assunto e conscientizar empresas sobre a relevância do tema.

A adesão ao Pacto Brasil Pela Integridade Empresarial permite promover ganho de imagem, aumentando a reputação empresarial, tendo em vista a transparência que será dada à adesão; demonstrar o compromisso da alta direção da empresa com a busca sistemática de padrões de integridade; minimizar a probabilidade de ocorrência de fraude e corrupção e reduzir o impacto de tais eventos caso ocorram; possibilitar o acesso a capital mais facilitado e com menor custo; incrementar oportunidades comerciais com parceiros (investidores e funcionários) que compartilham dos mesmos valores; e atrair e reter funcionários que prezam pelos valores de ética e integridade.

Precisamos reconhecer nossas grandezas e a necessidade de superação

Por Edson Luiz Vismona

Em recente visita à China, em jornada de estudos organizada pelo CEDES – Centro de Estudos de Direito Econômico e Social, juízes, advogados e professores de direito tiveram a oportunidade de visitar bancos de investimento (Asian Investment Bank e New Development Bank), grandes escritórios de advocacia especializados em investimento internacional, além de universidades.

Em um dos escritórios, perguntei ao advogado sênior se o Brasil está no radar de investidores e expliquei que é comum termos notícias e algumas análises econômicas afirmando que não estaríamos no rol dos países que atrairiam os maiores volumes de recursos internacionais. A resposta foi muito objetiva: “Brasil is Brazil”, afirmando que, diante da expressão do Brasil no cenário agroindustrial, mineral, industrial e a grandeza da sua população, território e de seus recursos naturais, como seria possível imaginar e, mais, difundir a ideia que não seríamos atrativos para investimentos.

Essa resposta, vinda de um advogado chinês, deve servir como um estímulo à reflexão. Nós brasileiros, muitas vezes nos perdemos no nosso inconsciente coletivo ao que Nelson Rodrigues chamava de “síndrome do vira-lata” deixando de ver com clareza a nossa força econômica e social. Essa autodepreciação só nos prejudica.

Os desafios do Brasil e suas grandes potencialidades

É evidente que não podemos deixar de ser críticos diante de todos os problemas que enfrentamos: conflitos entre instituições; insegurança jurídica; visões distintas sobre a contenção de gastos públicos e disciplina fiscal, implicando na ameaça da elevação da inflação e no crescimento dos juros; alta carga tributária gerando custos para a produção, transporte e distribuição de produtos e serviços; aumento da criminalidade organizada afetando a segurança pública; baixo nível da educação, deficiências no atendimento da saúde e a enorme desigualdade social. Claro, são enormes os desafios e muitas vezes não conseguimos identificar rumos, planejando e sendo eficazes, especialmente na governança da gestão pública.

Entretanto, não obstante esse cenário, temos que reconhecer e dar o devido valor às nossas grandezas, com otimismo, mas sem ignorar nossa realidade, que não é fácil. Temos um grande mercado de consumo; uma estrutura de produção agroindustrial invejável, um amplo e complexo parque industrial, recursos minerais, setores avançados em tecnologia, conhecimento em gestão empresarial, universidades reconhecidas, mas, sabemos que temos muito que avançar.

A política de curto prazo e a falta de planejamento

Nós, brasileiros, nos empenhamos em perder oportunidades, valorizando políticas públicas de curto prazo, voltadas para as disputas eleitorais que acabam por definir iniciativas ineficientes, feitas para ganhar uma eleição, esquecendo da visão de longo prazo que não rende benefícios imediatos, mas pode assegurar um desenvolvimento sustentável. No contexto das importantes medidas

duradouras, para estimular o nosso desenvolvimento, no final de ano, por exemplo, teremos a reforma tributária que promete não aumentar impostos, simplificação e diminuição do contencioso, entretanto, após debates e audiências públicas, não são poucos os especialistas que afirmam que essas promessas não serão cumpridas.

A falta de planejamento estratégico: uma comparação com os países asiáticos

A capacidade, ou melhor, a sua falta de definir metas mais ousadas e consistentes nos causa uma certa inveja de como atuam os países asiáticos, especialmente China, Japão e Coréia do Sul, que conseguem planejar a longo prazo e, melhor, executar o planejado. Sem a pretensão de seguirmos à risca esse proceder, afinal, nossa cultura é bem diferente, se tivéssemos 30% dessa capacidade de planejar e executar, com certeza estaríamos em um patamar mais elevado de desenvolvimento econômico e social.

Assumindo responsabilidades para um futuro melhor

É certo que não podemos continuar culpando os outros pelas nossas próprias aflições e mazelas e nem nos perder em lamúrias. Seria muito bom se assumíssemos as responsabilidades de cumprir o nosso destino que nunca será da irrelevância. Não só os governantes, políticos, mas também as lideranças empresariais, sindicatos, universidades, organizações da sociedade civil, todos que detêm o privilégio de influenciar de algum modo nos rumos do nosso país, têm o dever de combater a cega polarização e unicamente a realização dos seus próprios interesses para alinhar com mais determinação a execução do propósito nacional de desenvolvimento social e econômico.

O futuro do Brasil depende de suas ações no presente

Ninguém fará isso por nós, para avançarmos no mundo globalizado temos que começar por equacionar nossas deficiências e conquistar o nosso espaço. Qualidade não nos falta.

Edson Vismona é Advogado, graduado e pós-graduado lato sensu pela Faculdade de Direito da Universidade São Paulo; é presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO e do Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade – FNCP. Foi secretário da justiça e defesa da cidadania do Estado de São Paulo.

* A opinião manifestada é de responsabilidade dos autores e não é, necessariamente, a opinião do IES

Fonte: [Instituto Ética Saúde](#), em 23.01.2025.